

Educação não é Missão

Ademir Luiz

É muito comum escutarmos de pedagogos, teóricos do ensino, secretários de educação, cansativos donos de colégios particulares e outras pessoas que em princípio entendem do tema que o professor é imbuído da “missão” de ensinar. Para eles, ser professor é acima de tudo um “sacerdócio”. Mesmo a recente substituição da palavra “professor” pela palavra “educador” aconteceu em função deste discurso politicamente correto, que é quase hegemônico. Discurso repetido a exaustão nas universidades, em livros, teses, entrevistas, festinhas escolares, reuniões de pais, reuniões pedagógicas etc, etc e etc. Contudo, apesar de todas as boas intenções embutidas, tal perspectiva é frágil. Não se sustenta, não resiste a uma análise lógica apurada. Na verdade, qualquer pessoa um pouco mais perspicaz é capaz de perceber que ela é nociva ao desenvolvimento da profissão. Acaba por sabotar a própria condição de profissional do professor.

Antes de tudo este “discurso missionário” dilui o caráter intelectual inerente à formação acadêmica do professor. O que resulta em uma filosofia pedagógica frouxa que tende a valorizar mais a “vocação para ensinar” do que o “preparo para ensinar”. O místico em detrimento do pragmático. Senão vejamos: termos como “missão” e “sacerdócio” automaticamente chamam outros como “abnegação” e “sacrifício”. Vista desta forma a educação deixa de ser uma atividade laica para ganhar ares quase que religiosos. O professor deixa de ser um profissional que estudou muito para poder transmitir e produzir conhecimento para ser uma espécie de emissário de algo maior do que ele, para o qual cumpre uma “missão” em “sacerdócio”. E, como se sabe, na tradição Ocidental, prática religiosa é sinônimo de sacrifício pessoal. Sacrifícios que variam em grau e intensidade: podem ir desde não comer carne vermelha em um dia específico do ano até a auto-imolação. Daí a razão pela qual ultimamente se tem aceitado com tanta facilidade que professores sejam ameaçados, ofendidos ou espancados por alunos. Daí a razão pela qual ultimamente se tem culpado única e exclusivamente o professor quando o aluno não aprende. Daí a razão pelo qual ultimamente se especula tanto sobre levar a informática para a escola quando na mesma escola ainda faltam livros didáticos e xerox é um luxo. Sendo agredido, reprovando um aluno ou trabalhando em condições precárias é sempre o professor que falhou, pregam

os “especialistas”. Ofício visto como sacrifício.

Em meio a este ambiente moral, falar em interesses pessoais (quicá lucro) ganha ares de mesquinharia. É digno de vergonha confessar que dá aulas apenas para se sustentar, porque é o que sabe fazer, porque gosta ou simplesmente porque é a única profissão que tem duas férias por ano, como dizia César Lattes. Exigem-se sempre ideais elevados. Não basta ser professor, tem que participar. Educação não vem mais de casa, deve ser adquirida na escola. Professor, que em dias remotos foi chamado respeitosamente de mestre, tornou-se “educador”.

E o moderno educador deve ser ao mesmo tempo pai, mãe, psicólogo, catequista, enfermeiro, monitor de computação, ideólogo, recreador e agente social do corpo discente ao qual serve. Ensinar e cobrar o que se ensinou tornou-se sinônimo de educação retrógrada. A escola, que antes servia para transmitir às novas gerações a tradição cultural da humanidade, tornou-se uma espécie de shopping. Entra de tudo: de danças eróticas até rap com letras machistas e violentas. Aluno não é mais aluno: é educando, pois, como se sabe, a palavra “aluno” significa “sem luz”. Vê-los como seres “sem luz” é inadmissível e não louvar sua cultura pessoal (quase sempre televisiva e de gueto) é fascismo. Ensinar alta-cultura e valorizar a erudição é entendido como deplorável elitismo fora da realidade. Diante dele muitos “especialistas” costumam retrucar sarcasticamente: “e para que serve para o educando saber quem foi Shakespeare?”. Como responder a isto? Afinal, não foi profetizado que “os simples herdarão a Terra”.

De fato, já estão herdando (Rei Lear?). Já vi diversos professores defendendo que normalistas alfabetizadoras deveriam ser mais bem remuneradas do que pós-doutores que passaram décadas estudando para chegar aonde chegaram. A justificativa seria a de que ensinar a ler e escrever é mais “nobre” do que tagarelar em uma cátedra. Se é ou não é, pouco importa. O fato é que mais uma vez, passionalmente, sem reflexão, se desdenha os espinhos da teoria em função da ação missionária direta. Ao mesmo tempo, curiosamente, é interessante notar que não é comum entre professores universitários assumirem o “discurso missionário” no trato com seus alunos de graduação. Ele é difundido, sobretudo, no ensino primário, fundamental e médio. Ou seja: entre aqueles que recebem a teoria, não entre aqueles que a produzem. Exceção feita, claro, para certos catedráticos em didática. Sendo, nestes casos, impossível saber até que ponto se trata de mera retórica. Até porque boa parte deles jamais lecionou para

as séries sobre as quais teoriza.

O “discurso missionário” é tão forte que basta observar o resultado de concursos do tipo “Professor do Ano” ou “Professor Nota 10”, para identificá-lo em sua forma mais avançada. Não raras vezes os vencedores são profissionais pouco preparados. Pessoas que mal sabem ler, mas ensinam a ler. Pessoas que mal sabem contar, mas ensinam a contar. Em contrapartida estes “educadores modelo” enfrentam todo tipo de obstáculo para cumprir sua “missão”. Às vezes acordam as quatro da madrugada para fazer uma viagem de barco de três horas que os levarão até um casebre perdido na floresta amazônica, onde darão aulas para quatro ou cinco crianças da região. Sem querer tirar o mérito inegável destas ações, é preciso reconhecer que nestes casos se premia o sacrifício, não a competência propriamente dita; que, sim, pode até existir, mas é irrelevante diante do exemplo de abnegação que representam.

Apesar de ter ganhado força no mundo pós-moderno, o “discurso missionário” está entranhado em nossas raízes culturais há séculos. Por exemplo: praticamente todo manual de filosofia desdenha a contribuição dos sofistas gregos, apontando como um de seus principais vícios o fato de que cobravam para ensinar. Muitas vezes não passam de notas de rodapé. Só aparecem para servir de contraponto à figura gigantesca de Sócrates, o pensador humilde e corajoso que ensinava de graça e que morreu para defender seus princípios. A célebre frase “tudo que sei é que nada sei”, uma das sentenças mais mal compreendidas de todos os tempos, sempre citada como exemplo de ideal pedagógico, joga por terra toda a obra conjunta dos “gananciosos” sofistas. Um grande equívoco, pois, como escreveu o filósofo Gonçalo Armijos Palácios, “eles foram injustiçados pelo ensino academicista e não receberam o reconhecimento devido”.

Na Idade Média, durante o nascimento das universidades, quando mestres clérigos passaram a ministrar um ensino desligado do contexto monástico, para burgueses, foram duramente atacados. O futuro santo Bernardo de Claraval, o poderoso abade de Cister, foi um dos críticos mais ferozes da nova pedagogia. Acusava seus defensores de serem meros “vendedores de palavras”, sacrílegos culpados de oferecer para quem quiser pagar a “ciência que só a Deus pertence”. Muita gente foi parar na fogueira por conta disto.

Os séculos seguintes apagaram as fogueiras e fizeram da educação um direito de todo cidadão. Educar as massas tornou-se uma “missão” civilizadora que deve ser levada a cabo a qualquer custo, mesmo que o preço seja a vulgarização do

conhecimento e o nivelamento por baixo dos envolvidos. Desta forma o que ocorreu não foi uma vitória de nenhum dos lados e sim um armistício, que gerou uma aliança. As duas perspectivas se fundiram. Infelizmente o que poderia criar um edificante caminho do meio ao estilo budista acabou por degenerar e transformou o professor em um estereótipo sem nuances.

Hoje o “educador” é infantilizado em seu próprio ambiente de trabalho. É constrangido a participar de ridículas dinâmicas de grupo, brincando de dança da cadeira, trocando fitas coloridas, pulando corda ou falando com fósforos acesos na mão. Vê-se levado a ler páginas e mais páginas de metáforas tão bonitinhas quanto inúteis sobre “alunos-sementinhas que crescem com a água do conhecimento” ou sobre “alunos-folhas-ao-vento que devemos recolher e dar direção”. Neste espírito, em Goiânia, por determinação da Rede Municipal de Ensino, atualmente o “educador” é obrigado a colorir quadradinhos que ilustrem o rendimento dos alunos, já que pura e simplesmente dar notas é feio, feio, feio!

E o pior é que tais práticas bizarras e alienantes são vendidas pelos “especialistas” como o supra-sumo da modernidade educacional. Quem não se submete é mal visto e tachado de corta-onda, tradicional ou antigo. O resultado é que cada vez mais o necessário abismo cultural entre “educandos” e “educadores” diminui. Ambos cantam as mesmas músicas no chuveiro, assistem às mesmas novelas e votam nos mesmos candidatos no Big Brother.

O professor está se afastando de forma irrecuperável de sua função intelectual. De contestador e crítico da realidade por meio do ensino, entrega-se sem reagir à condição de marionete artificialmente alegre. Se existe de fato uma “missão” a ser cumprida, trata-se de uma missão suicida. E a lavagem cerebral a qual são submetidos os acadêmicos dos cursos de licenciatura por meio do “discurso missionário” levam-nos a se resignar com facilidade excessiva a suas terríveis conseqüências. Perdemos os referenciais: há tempos que o ideal de professor deixou de ser o genial Aristóteles para se tornar a professorinha Helena da novela Carrossel.

Ademir Luiz

Prof. da UEG - Universidade Estadual de Goiás
Doutorando em História/UFG